



VOZES DA (RE)EXISTÊNCIA: CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO PANDÊMICO BRASILEIRO¹

Me. Rafael Gonçalves dos Santos²
Profa. Dra. Maria Cristina Piana³

Resumo

A presente pesquisa objetivou analisar as condições de acesso e permanência material e simbólica de jovens das classes populares urbanas nas universidades públicas, de modo a avaliar a efetividade dos programas de assistência estudantil e a sua articulação com as políticas públicas intersetoriais e os movimentos estudantis. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, as reflexões teóricas contaram com o aporte de intelectuais que possuem um referencial crítico-dialético, a exemplo de (Chauí, 2001), (Lima, 2020), (Cisne; Mara, 2018), dentre outros/as. Realizou-se também uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca-SP, com a aplicação de questionários semiestruturados *online* para um total de dez discentes do terceiro e quarto ano do curso de Serviço Social (diurno e noturno), uma vez que essas turmas enfrentaram as medidas de isolamento social do período pandêmico. Os resultados da pesquisa permitiram conhecer as realidades de diversos segmentos sociais e os desafios materiais e simbólicos para reafirmar a sua existência na universidade. Destarte, o conceito analítico da interseccionalidade possibilitou apreender o processo de formação da identidade estudantil e a sua relação desigual com o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão) frente às determinações contraditórias do mundo do trabalho e dos ataques negacionistas e antivacinas da política ultraneoliberal.

Palavras-chave: Universidade Pública; Acesso e Permanência Material e Simbólica; Ultraneoliberalismo; Pandemia; Políticas Públicas.

¹ A presente pesquisa é fruto dos estudos desenvolvidos na dissertação de mestrado intitulada “Dar Visibilidade aos\ às Invisíveis: desafios contemporâneos para a garantia da permanência estudantil no contexto de pandemia da Covid-19 no Brasil” e publicada pela Universidade Estadual Paulista UNESP (2023).

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela UNESP Campus de Franca/SP. Mestrado em Serviço Social pela mesma universidade (2021). Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Franca/SP. Atua como tutor pedagógico do curso de Gestão da Assistência Estudantil na Universidade - UNESP (2024).

³ Pós-Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2020). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - Campus Franca/SP (2008), Mestrado em Serviço Social pela mesma Universidade (2003), Especialista em Política Social e Serviço Social pela UnB, Graduação em Serviço Social e Licenciatura em Pedagogia. Docente do Departamento de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado e Doutorado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP / Campus de Franca/SP. Professora orientadora.

Introdução

Transcorridos mais de dois anos com a declaração oficial do fim da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), o saldo provocado pelas medidas de isolamento social foi responsável pela configuração de novos padrões de sociabilidade, de relações sociais (coletivas ou interpessoais) e de novos circuitos produtivos que conferem ao mundo do trabalho um novo arsenal tecnológico, produtivo, informacional e digital na era da Indústria 4.0 (Antunes, 2020).

Apesar de o acesso à educação ser um direito social previsto pela Constituição Federal de 1988, o ingresso ao ensino superior atualmente dispõe de vagas e programas insuficientes para atender à demanda estudantil nas universidades públicas, elevando as taxas de exclusão social e de expulsão - coberta pelo manto ideológico da evasão (Farage, 2019).

No final dos anos 1990 e no início do século XXI, observa-se que as sucessivas contrarreformas e o conseqüente desfinanciamento das políticas públicas apenas contribuíram para o agravamento das expressões da questão social e dos sistemas de opressão e controle social pelas autarquias burguesas. A partir da difusão e do fortalecimento do ideário neoliberal ultraradical no cenário contemporâneo, as condições de acesso e permanência material e simbólica na Educação Superior pública ainda estão longe de serem asseguradas, permanecendo restritas a uma elite branca dominante que exclui a grande parcela marginalizada das camadas populares urbanas que a ela teria direito.

Mas refletir sobre as condições de acesso e permanência na Educação Superior pública também exige atenção à insuficiência (ou até mesmo inexistência) de recursos financeiros, técnicos, administrativos e culturais para transformar o ambiente acadêmico num espaço acessível, inclusivo, diverso, saudável e livre de distinções por classe social, raça/etnia, gênero, sexualidade, território, faixa etária, religião, deficiência, dentre outros.

Por meio da intersecção entre essas categorias sociais e estruturais, torna-se imprescindível resistir e confrontar os projetos negacionistas e neofascistas que interpretam a universidade enquanto um espaço de “balbúrdia” e de criação de uma “massa de manobra” que desafia os valores cristãos e heteropatriarcais-racistas-sexistas-capitalistas (Cisne; Mara, 2018). Ao mesmo tempo, tais medidas reacionárias ameaçam, nos diversos espaços da educação brasileira, a própria existência de mulheres, gestantes, mães, pretos/as, povos indígenas, quilombolas, grupos itinerantes, pessoas idosas, residentes das zonas rurais, Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou que apresentam necessidades específicas, comunidade LGBTQIAPN+, dentre outros segmentos sociais.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa buscou compreender as condições de acesso e permanência material e simbólica de discentes das classes populares urbanas na Educação Superior pública, avaliando os programas de assistência estudantil e sua articulação com as políticas públicas intersetoriais e os movimentos estudantis.

Dentre os objetivos específicos, o primeiro pretendeu analisar os impactos da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária (acentuada pela pandemia da Covid-19), sobre as condições objetivas e subjetivas de vida de discentes, seus familiares, docentes e demais trabalhadores/as das universidades do país.

Com base no conceito da interseccionalidade entre classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, o segundo objetivo consistiu na identificação dos principais desafios enfrentados pelo corpo discente para acessar e permanecer na universidade pública, considerando as suas relações diretas com o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), bem como das contradições do mundo do trabalho.

Por fim, o terceiro objetivo avaliou, a partir da pesquisa de campo, a efetividade do programa de assistência estudantil sobre as condições de acesso e permanência material e simbólica, considerando a pluralidade das identidades estudantis e a construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos, diversos e saudáveis.

Metodologia

Esta pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A princípio, buscou-se realizar um recorte temporal acerca da consolidação sócio-histórica da educação no território brasileiro, com o objetivo de compreender a atual política educacional vigente, analisar as oportunidades de acesso e de permanência material e simbólica de segmentos sociais na Educação Superior pública, inseridos/as/es na divisão das classes sociais, bem como desvelar o contexto da desigualdade social acentuada pela política ultraneoliberal e a crise sanitária.

Na etapa da pesquisa de campo, segundo Cervi (2017), uma das técnicas mais comuns utilizadas por pesquisadores para a apreensão de informações da realidade está na aplicação de questionários, bem como em fontes de dados primários estatísticos. Dessa forma, os questionários semiestruturados foram organizados em um formulário *online*, a fim de avaliar como os impactos e as consequências intensificadas pela Covid-19 atingiram e (ainda

atingem) direta e indiretamente as suas condições reais e objetivas de acesso e permanência na universidade pública.

Os questionários *online* foram respondidos por dez discentes que cursam o terceiro e o quarto ano do ensino superior na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca- SP, do curso de Serviço Social (diurno e noturno), uma vez que essas turmas enfrentaram as medidas de isolamento social durante o período pandêmico. A pesquisa pretendeu conhecer as suas realidades, expectativas e os principais desafios para acessar e permanecer no espaço acadêmico, além de analisar a sua relação direta com as atividades complementares que constituem o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). O convite para a participação da pesquisa de campo foi compartilhado nos grupos de estudantes criados e via e-mail institucional.

Destarte, para maior fundamentação das reflexões propostas, o principal referencial teórico utilizado nas análises das respostas da referida pesquisa consistiu na identificação das categorias da dialética (totalidade, contradição, historicidade e mediação), que são indispensáveis para a compreensão do modo como determinadas relações complexas se particularizam na realidade social vivenciada pelos diversos segmentos sociais das classes populares urbanas.

Resultados

O processo de apreensão das informações e interpretação dos resultados alcançados partiu das condições socio-étnico-culturais dos/as jovens em relação à realidade e ao seu meio social de existência e pertencimento, além das condições materiais e simbólicas de permanência na universidade e dos desafios de acesso aos referidos auxílios e subsídios oferecidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁴ - Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 - principalmente no período pandêmico da Covid-19.

Ao analisar o perfil dos/as dez discentes que participaram da pesquisa de campo, oito se identificam como mulheres (cisgêneros) e dois como homens (cisgêneros). Em relação à orientação afetiva e/ou sexual, cinco são heterossexuais, quatro bissexuais e um homossexual. Acerca do pertencimento étnico-racial, três discentes são pretos/as, dois pardos/as e cinco brancos/as. Nenhum/a participante informou possuir algum tipo de deficiência e/ou necessidades específicas.

⁴As normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil na Graduação e Colégios Técnicos estão previstas pela Resolução UNESP nº33, de 9 de março de 2023 (Brasil, 2023).

No que se refere à forma de ingresso no curso superior, foi possível analisar a importância da política de cotas e das ações afirmativas para o acesso desses/as discentes na universidade pública. Os dados apreendidos indicaram que cinco discentes ingressaram no curso por meio do Sistema de Reservas de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP), três discentes ingressaram pelo SRVEBP + autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e apenas dois meio do Sistema Universal (SU).

Ao mesmo tempo, é preciso evidenciar os desafios que esses/as discentes apresentaram para residir no mesmo município do curso superior, pois sete discentes precisaram mudar de município para frequentar a universidade, enquanto somente três já residiam no município. Dentre os principais fatores do cenário pandêmico que afetaram a manutenção da saúde mental dos/as discentes durante as aulas remotas, observa-se que a maioria dos relatos indicou como fatores determinantes: crises de ansiedade, estresse, sobrecarga, depressão e óbitos na família devido à contaminação do vírus da Covid-19.

Ademais, as experiências materiais e simbólicas do corpo estudantil nos alertam para a importância do investimento orçamentário e a ampliação de bolsas de iniciação científica, da construção da política de assistência estudantil equitativa, de modo a desburocratizar os processos seletivos e torná-los mais transparentes.

Conclusões

As transformações sócio-históricas no campo econômico, político, social e cultural revelam que as relações de produção e exploração intensificaram e ganharam novos contornos na atual conjuntura societária, uma vez que a realidade brasileira contemporânea encontra-se dominada pelo ultraneoliberalismo que se alimenta de vidas humanas e intensifica as relações hierárquicas de poder e de exploração por uma elite econômica ocidental, branca, heterossexual e cisgênero. Nessa perspectiva, a intersecção entre classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade não podem ser apreendidas de maneira isolada, principalmente por serem dialeticamente indissociáveis entre si.

Em síntese, encontramos-nos imersos em uma longa jornada de luta e resistência aos interesses privados dos grandes oligopólios da Educação Superior pública brasileira. Seguimos fortalecendo as nossas lutas sociais e o compromisso ético-político para a construção de universidades públicas de qualidade, saudáveis, laicas, diversas, inclusivas e socialmente referenciadas.

Referências

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, DF.: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/permanenciaestudantil/decreto-n-7.234_2010.pdf. Acesso em: 05 ago. 2025.

CHAUI, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CISNE, M; MARA, S. M. S. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018; v.8.

CERVI, E. U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política** – vol.1 / Emerson Urizzi Cervi - Curitiba: CPOP-UFPR, 2017. (1ª edição). 256 p.

GONÇALVES FILHO, A.; FARAGE, E. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 44, 2019.

LIMA, K. R. de S. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.